

ANÁLISE SÓCIO-ESPACIAL DA LOCALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR URBANO EM FLORIANÓPOLIS-SC / BRASIL

Lucimar Fátima Siqueira (*)
Lia Caetano Bastos (**)

*“O sistema que não dá de comer, tampouco dá de amar:
condena muitos à fome de pão e muitos
mais à fome de abraços
(GALEANO, 1989)*

Ao longo de sua história, o homem sempre conheceu a fome, exceto provavelmente, nos tempos em que existiam poucas pessoas no mundo e os frutos da natureza eram gratuitos, mesmo assim, uns poucos sempre consumiam mais do que necessitavam.

“A fome é a primeira das calamidades que assolam a humanidade. Sua consequência é a morte mais miserável de todas” Dante, na Divina Comédia (CHONCHOL, 1989).

Enquanto numa parte da sociedade a fome significa *apetite*, para outra, fome é a *impossibilidade* de comer, de satisfazer este instinto.

Com o advento da propriedade privada, o homem passa a viver mais intensamente esta dicotomia, o antagonismo entre a escassez e abundância, miséria e opulência, e o local onde melhor se observa esta dicotomia, este contraste é a cidade. Nela convivem lado a lado extremos de pobreza e de riqueza somado a boas condições de vida.

O crescimento da taxa de urbanização apresenta-se acompanhado de características perversas que marcam intensamente os centros urbanos fazendo-os adquirir uma configuração caótica atingindo diretamente a população.

CHONCHOL (1989) chama a atenção para um motivo de preocupação quanto a questão da urbanização e consumo alimentar, que é o fato dessa urbanização estar ligada ao

“...subdesenvolvimento econômico e ao desenvolvimento desequilibrado que produzem efeitos dramáticos no déficit de empregos urbanos regulares e a hipertrofia do setor terciário inferior que mal permite às populações que dele dependem ganharem a vida..” CHONCHOL (1989).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1996 a população urbana brasileira era 3,6 vezes maior que a população rural, representando um acréscimo de 12,1 milhão de habitantes, refletindo na taxa de urbanização que passou de 75,59% em 1991 para 78,36% em 1996.

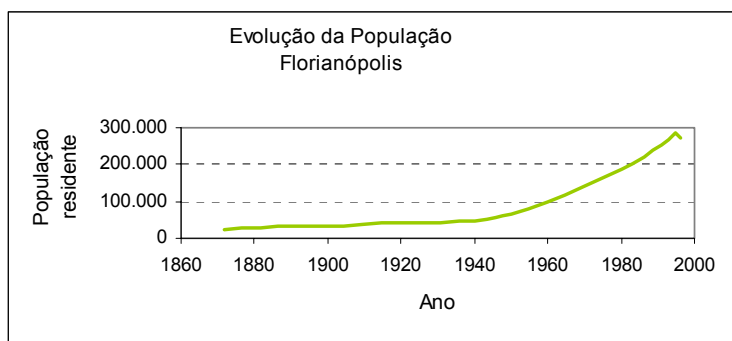
Estima-se que no ano 2.020 a população das cidades terá se duplicado. Esta expansão sem precedentes, exige investimentos massivos na produção de alimentos, instalações de ponto de distribuição, armazenamento e comercialização (FAO,1998).

Florianópolis, por ser uma cidade num país latino-americano, não poderia ser diferente. O rápido crescimento populacional que tem se observado na cidade (GRÁFICO 1), reflete, também, uma situação generalizada na América Latina, onde a velocidade com que vem ocorrendo a urbanização constitui fenômeno inédito na história (SOLANO e UNCLÉS, 1991).

(*) Geógrafa - e-mail: lucimar@ecv.ufsc.br

(**) Engenheira Civil - e-mail: lia@ecv.ufsc.br - (*) Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil
Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis-SC / Brasil

GRÁFICO 1 – Evolução da população em Florianópolis-SC/Brasil



(In)Segurança Alimentar

No princípio, o surgimento das cidades só foi possível a partir do momento em que o campo pôde produzir um excedente, ou seja, mais do que produzia para sua subsistência.

Apesar das controvérsias existentes sobre o conceito de subsistência (HARVEY, 1980), o certo para este caso é que o campo teria que manter mais que um estoque inicial, mas um fluxo permanente de excedente alimentar para a cidade.

“O campo pode, portanto, subsistir sem a cidade e realmente, na história, precedeu à cidade. Esta só pode surgir a partir do momento em que o desenvolvimento das forças produtivas é suficiente, no campo, para permitir que o produtor primário produza mais que o estritamente necessário à sua subsistência” (SINGER, 1998).

Hoje, no entanto, a manutenção deste fluxo não é suficiente para garantir a cada cidadão urbano o direito a alimentar-se. As várias mudanças ocorridas na agricultura, modificando as relações do homem com a terra; as mudanças no comércio (no fluxo de mercadorias) incorporando um número maior de atores participantes do processo, os quais resgatam cada um sua parte nos lucros; os baixos salários; a pobreza, são todos parte de exemplos e consequências de relações econômicas e sociais que interferem na qualidade e quantidade de alimento diário que chegará na mesa de cada indivíduo.

A preocupação com o problema da fome vem sendo discutida há muito tempo tempo.

Em 1878 WALFORD apresentou à sociedade estatística de Londres duas causas principais da fome: *causas naturais* (inundações, gelo, tremores de terra, tifo) e *causas sociais* (guerra, ausência de vias de comunicação, perturbação do comércio e especulação (CHONCHOL, 1989).

No Brasil, a questão da fome foi tratada com mais intensidade, por Josué de Castro nas décadas de 30, 40 e 50. O mesmo deixa um legado de publicações importantes, entre elas os clássicos “Geografia da Fome” e “Geopolítica da Fome”. Entre as várias teses que defende, a que se apresenta com grande relevância para este trabalho é o fado de considerar o problema alimentar como uma questão pública e de responsabilidade do Estado.

Mais recentemente, o Brasil volta a mobilizar o meio acadêmico e político na pessoa do sociólogo Herbert de Souza. Este empreende e lidera uma série de campanhas na tentativa de chamar a atenção do poder público para que se estabeleçam políticas de combate a fome, desnutrição ou subalimentação.

Como consequência da mobilização internacional: muitas estratégias de combate a fome foram empreendidas porém, baseadas na idéia *produtivista*. Esta forma de abordar a questão postulava que o problema da fome e da crise alimentar se resolveria com o aumento da produção de alimentos.

Exemplo que pode ilustrar esta estratégia foi a “Declaração Universal para Eliminação da Fome e da Desnutrição” escrita em 1974 durante a Conferência Mundial de Alimentos com a participação de 130 países. Nesta declaração destaca-se que:

“para resolver o problema alimentar; deve ser dada prioridade absoluta às políticas e programas que visem aumentar a produção de alimentos (...) Decide ainda que ‘daqui a dez anos, nenhuma criança deverá dormir com fome, que nenhuma família deverá viver no temor da falta de pão para o dia seguinte e que o futuro e a capacitação de qualquer ser humano não deverão ser comprometidos pela má nutrição” (Citado por CHONCHOL, 1989).

Com base nesta Declaração e outras resoluções semelhantes, muitas políticas de produção, pesquisa, utilização de adubos, pesticidas e sementes foram adotadas como tentativas de combate a fome. É nesta época também que se estabelece o conceito de Segurança Alimentar. Por segurança alimentar entende-se:

“Garantir a todos, condições de acesso suficiente, regular e baixo custo a alimentos básicos de qualidade. Mais que um conjunto de políticas compensatórias, trata-se de um objetivo estratégico voltado não apenas à enfrentar a ocorrência da fome mas também a reduzir o peso dos gastos com alimentação nas despesas das famílias” (MALUF, 1990).

Em repercussão, toda uma cultura de pesquisas em tecnologias alternativas para a produção de alimentos se desenvolveu ou se intensificou. A preocupação com a falta de alimentos tornou-se um mote para o desenvolvimento de técnicas produtivas e de industrialização.

No início a tecnologia alimentar dedicava-se apenas a preservação, alcançada apenas com transformação de produtos in natura evoluindo após, para a conservação através do congelamento e resfriamento. A preservação industrial do produto agrícola original surge como ramo distinto da indústria alimentar, chegando ao ponto máximo que é o desenvolvimento da indústria biotecnológica (WILKINSON, 1989).

Com o desenvolvimento da biotecnologia, fica provado que se pode industrializar alimentos a qualquer momento e a qualquer quantidade. No entanto, não se consegue afastar do produto alimentar agrícola original. O maior desafio da indústria alimentar é reproduzir seus produtos com características mais semelhantes possíveis ao produto original (WILKINSON, 1993). Da indústria se retorna a cozinha e este retorno se dá porque a determinação das qualidades nutricionais dos alimentos acontece a partir de suas características sensoriais, embora aplicadas à “natureza” dos alimentos, dizem respeito também à experiência gustativa concreta do indivíduo (FLANDRIN, 1998).

“Paradoxalmente, portanto, o produto pré-industrializado serve como a norma de qualidade dentro da industrialização do sistema agroalimentar” (WILKINSON, 1993).

Novamente os alimentos se deslocam para a indústria, onde são transformados, “marketados”, divulgados pela publicidade e com um valor agregado cada vez mais elevado. Os alimentos, agora, tornam-se “alimentos-serviços”, e a indústria toma para si, o essencial do trabalho doméstico (FISCHER, 1990)

Este exemplo, que constitui parte da situação que ocorre no sistema alimentar, caracteriza uma situação de repetição, fazendo com que esta seja a base de todo o sistema industrial. Para MOREIRA (1993), o motivo mais profundo dessa repetição é a razão mercantil.

Desta forma, observa-se que o desenvolvimento da biotecnologia e da indústria quebra a rigidez com que a natureza impôs ao sistema alimentar. Tecnicamente a fome estaria com seus dias contados.

Porém, o problema da fome não foi resolvido nem com o aumento da produção nem com a evolução da biotecnologia. O problema da fome é o acesso para que o conceito de segurança alimentar torne-se uma realidade.

CHONCHOL (1989) apresenta uma alternativa para se tratar a questão alimentar, através do conceito de Sistema Alimentar:

“ conjunto complexo de ações e interações humanas que afetam a produção, circulação, transformação, comércio e consumo de alimentos” (CHONCHOL, 1989)

É uma estrutura irregular e complexa de circuitos alimentares que apresentam características próprias dentro de cada país, cada região. Cada indivíduo participa do sistema alimentar e encontra um meio de acesso a esses circuitos, em função de seu *status social*, poder econômico e nível cultural (CHONCHOL, 1989). Os pobres dos países em que um sistema é orientado para o mercado, devem competir com os mais ricos em todos os estágios do processo, para ter acesso à terra, aos meios de produção, aos serviços e aos próprios alimentos em função de seu poder de compra.

A vantagem de se fazer uma análise considerando o conceito de sistema alimentar é que este conceito une estreitamente as condições dos diferentes produtores com aquelas de diferentes consumidores e suas situações específicas, passando por toda a cadeia mais ou menos complexa de intermediários e industriais.

O mesmo autor, sinaliza ainda para os fatores essenciais que influenciam a disponibilidade e no consumo dos produtos disponíveis, no contexto da análise dos sistemas alimentares. De forma simplificada, pode-

se falar em mecanismos que desencadeiam na disponibilização e mecanismos que desencadeiam na aquisição de alimentos.

O fator que afeta com mais intensidade o consumo alimentar da população é o nível de renda. Nas cidades, o salário é praticamente o único meio pelo qual a população pode se abastecer de alimentos

Para melhorar as condições alimentares da população urbana várias medidas podem ser tomadas, desde a criação de políticas agrícolas e sociais que permitam ao agricultor ter vida digna no campo, criação de novos empregos nas cidades até a definição de remuneração que permita atender as necessidades da população.

Muitos fatores dependem de políticas sociais e econômicas em esfera federal, por parte do Estado. Porém, existem medidas específicas que atendem casos particulares das cidades e que dependem de políticas urbanas próprias. Estas, associadas às medidas federais permitem ao poder público local inferir ações que mitiguem os problemas relacionados ao abastecimento alimentar urbano.

Pelo fato do Estado estar presente tanto nos fatores de disponibilização quanto de aquisição, torna-se imprescindível conhecer esses mecanismos pelos quais participa do processo.

O Estado e os meios de aquisição de alimentos

O governo brasileiro tem criado e estabelecido programas que procuram contornar as deficiências quanto a alimentação, no entanto, estes programas são paliativos (LAVINAS e MALUF,1996). Não existem, hoje, mecanismos oficialmente instituídos que contemplem o direito a alimentação. Somente na determinação do salário mínimo é levado em consideração.

“...a Constituição em seu capítulo sobre os direitos sociais, não inclui o direito à alimentação ao lado de outros como a educação, saúde, trabalho, proteção a maternidade, assistência aos desamparados, etc” (LAVINAS e MALUF,1996).

De acordo com a Constituição da República do Brasil,

“o salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo” (Constituição da República do Brasil, Capítulo II, Dos Direitos Sociais, art 7, inciso IV).

Na lei de criação do salário mínimo é onde encontra-se o único registro que considera o item “alimentação”, através da criação do programa de cesta básica. O salário mínimo foi regulamentado em 30 de abril de 1938 e estabelecido como: $SM = a + b + c + d + e$; onde **a**, **b**, **c**, **d** e **e** representam, respectivamente, o valor das despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte necessários à vida de um trabalhador adulto.

O que se observa com a criação do salário mínimo é uma relação direta ao que Marx, citado por HARVEY (1982), argumentava:

“o valor da força de trabalho é determinado pelo valor das mercadorias necessárias para reproduzir essa mesma força de trabalho” (HARVEY,1982.pg:14).

Entretanto, o valor do salário mínimo vigente não acompanha as necessidades básicas reais do trabalhador. O DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos) é o órgão, no Brasil, responsável pela pesquisa e determinação mensal do valor do salário mínimo necessário para um trabalhador atender às necessidades básicas de uma família de 4 pessoas, sendo 2 adultos e 2 crianças. Este cálculo leva em conta o custo que o trabalhador teve com habitação, vestuário, higiene e transporte considerando o maior valor da ração essencial de cada mês. Desta análise surge o conceito de Salário Mínimo Necessário.

O Estado e os meios de disponibilização de alimentos

Outra maneira pela qual o Estado atua é através do abastecimento alimentar urbano. É desta forma, por meio dos mercados públicos de abastecimento alimentar, que o Estado participa no último estágio do processo de circulação de mercadorias, onde os alimentos se encontram disponíveis ao consumidor.

Abastecimento alimentar urbano é uma forma de comércio onde a atividade produtiva é segmentada através da divisão social do trabalho, até atingir seu objetivo que é atender às necessidades de consumo alimentar da população urbana. Para que essas necessidades sejam atendidas, é preciso que os produtos sejam satisfatoriamente distribuídos em um determinado território chegando ao alcance do consumidor.

Dentro do conceito de abastecimento alimentar urbano existem, fundamentalmente, dois tipos de abastecimento: aquele efetuado pelo mercado privado e aqueles controlados pelo poder público municipal.

O abastecimento praticado pelo mercado privado de alimentos, é representado, principalmente, pelos supermercados, minimercados e atacadistas, onde o comerciante é autônomo para praticar seus preços e definir toda sua estratégia de concorrência de acordo com o mercado.

O abastecimento público de alimentos é aquele em que o Estado tem participação fundamental, cabendo a este, a responsabilidade de tomar medidas necessárias para que o consumo se dê de forma igualitária por parte de toda a população, e estabelecendo estratégias específicas para o caso daquelas menos favorecidas economicamente.

Estas medidas, podem ir desde o melhoramento dos sistemas de comercialização existentes, construindo novos mercados atacadistas, criando conexões verticais entre empresas ao longo das etapas de comercialização, criando serviços públicos para ajudar os canais de distribuição de alimentos com financiamentos e créditos, etc, até programas específicos de atendimento direto à população. Dentro desses mecanismos, os mercados de rua que comercializam produtos alimentares e hortifrutigrangeiros (produtos in natura) são instrumentos importantes que o poder público dispõe para promover uma distribuição e abastecimento justo para toda a população.

As feiras livres são os mercados mais tradicionais de toda a história das cidades. Enquanto o comércio foi se transformando ao longo dos séculos, deixando a rua e se transferindo para estabelecimentos (por exemplo, supermercados), a feira se mantém com o mesmo formato desde a idade média.

“Note-se, porém: a feira regular, realizada uma ou, não raro, duas vezes por semana, sob a proteção do bispo ou abade, era um instrumento de vida local, não de comércio internacional. Assim, não deve surpreender que, já em 833, quando o comércio a longa distância, em sua maior parte, ainda não existia, Luís, o Pio, na Alemanha, desse a um mosteiro permissão para cunhar moedas para um mercado já existente.” (MUMFORD, 1998) pg.278.

Poucas mudanças aconteceram ao longo do tempo, e poucas características vão mudar de acordo com lugar onde se localiza. Mesmo nos países que apresentam mercados bastante desenvolvidos, a feira ainda desempenha papel importante na cidade.

No Brasil, em determinados locais, chegam a assumir importância na economia regional, não só local. Este é o caso das feiras existentes no Nordeste onde ocorrem em centros de diferentes tamanhos e funções. Quanto maior for a importância da cidade, em termos de centralidade, maior será a importância absoluta de sua feira (CORREA, 1997).

Assim, resgatando sua importância para o abastecimento urbano de alimentos é que se adota a feira livre e suas variações como objeto de estudo na cidade de Florianópolis-SC, Brasil.

Estudo de caso em Florianópolis-SC

O município de Florianópolis situa-se na Região Sul do Brasil, próximo ao Estado do Paraná e do Rio Grande do Sul. A maior área do município é representada pela Ilha de Santa Catarina. O núcleo central insular, área de estudo, é composto pelos bairros Centro, Agrônômica, São João Batista, Morro da Cruz, Trindade Norte, Trindade Sul, Saco dos Limões e José Mendes. É o maior núcleo urbano do município, comportando 78.946 habitantes.

Para a análise efetuada em Florianópolis, foram considerados alguns fatores apresentados anteriormente. O primeiro fator diz respeito as causas da fome ou desnutrição no município.

Como Florianópolis não se encontra em situação em que os fatores ambientais poderiam ser considerados como responsáveis pela má nutrição, então a questão deve ser analisada considerando os fatores sócio-econômicos como principais responsáveis pelos problemas alimentares da população.

O segundo aspecto refere-se aos fatores que influenciam o consumo de alimentos (mecanismos de aquisição), que é o nível de renda e as características de sua distribuição pelas camadas sociais.

Por fim, o terceiro aspecto, considera os equipamentos públicos através dos quais se desencadeia a disponibilização de alimentos, aqui representados pelas Feira Livre, Feirão e Direto do Campo.

Mecanismos de Aquisição de Alimentos

Tendo como referências de análise o conceito de Salário Mínimo Nominal e Salário Mínimo Necessário pode-se concluir que, se o trabalhador recebe menos do que o necessário para atender suas necessidades quanto a alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte, este trabalhador encontra-se em estado de *vulnerabilidade social*, ou seja, satisfaz de forma precária as necessidades acima citadas, podendo chegar até ao estágio de indigência.

Para definir as classes de população que se encontram em estado de vulnerabilidade social tomou-se como referência as classes definidas pelo IBGE, o valor do Salário Mínimo Necessário definido pelo DIEESE e o valor do Salário Mínimo Nominal vigente.

Classes de renda (IBGE) (SMN)*	Classes de renda adotada (SMN)
Até ½	Até 5
Mais de 1/2 a 1	Mais de 5
Mais de 1 a 2	
Mais de 2 a 3	
Mais de 3 a 5	
Mais de 5 a 10	
Mais de 10 a 15	
Mais de 15 a 20	
Mais de 20	
Sem rendimentos	
Sem declaração	

SMN: Salário Mínimo Nominal
FONTE: IBGE, DIEESE

O valor do Salário Mínimo Necessário para o trabalhador residente em Florianópolis era de R\$880,93 em janeiro de 1999 (DIEESE, 1999), enquanto que o Salário Mínimo Nominal recebido era de R\$130,00.

Na busca de um valor que agrega-se esses três parâmetros, adotou-se um corte em 5 Salário Mínimo Nominal por este ser uma quantidade intermediária aos salários mínimo utilizados e por pertencer inteiramente a uma das classes estabelecidas pelo IBGE. Assim, a classificação utilizada identifica o número de pessoas que recebem menos de 5 Salário Mínimo Nominal e o seu complementar.

A FIGURA 1 apresenta o cartograma onde é mostrada a classificação por bairro. A base cartográfica deste cartograma foi digitalizado em Microstation, onde se definiram Planos de Informações por bairro ao qual foi associado um banco de dados com informações estatísticas de cada unidade.

Analisando a figura acima pode-se observar os contrastes existentes nos diversos bairros quanto a distribuição de renda. Observa-se que o Centro foi o Bairro que apresentou maior número de pessoas com salários acima de 5 Salário Mínimo Nominal, enquanto que o bairro Morro da Cruz, apresentou o maior número de pessoas que recebem salários abaixo de 5 Salário Mínimo Nominal. Os bairros Agrônômica, Saco dos Limões, Trindade Norte, Trindade Sul com pouco mais de 50% da população recebendo salários acima de 5 SMN, enquanto que os bairros São João Batista e José Mendes apresentaram menos de 30% da população com salários acima de 5 Salário Mínimo Nominal.

Para realizar a localização espacial dessas duas classes de renda é necessário identificar sua posição geográfica. Entretanto o bairro é uma unidade macro, para a localização precisa desta população necessita-se de um maior detalhamento. Para que esta localização seja definida de forma satisfatória é necessário utilizar as informações estatísticas microlocais (CURTIS, 2000) representadas pelos setores censitários.

FIGURA 1 – Cartograma com classes de renda definida segundo conceito de Salário Mínimo Necessário



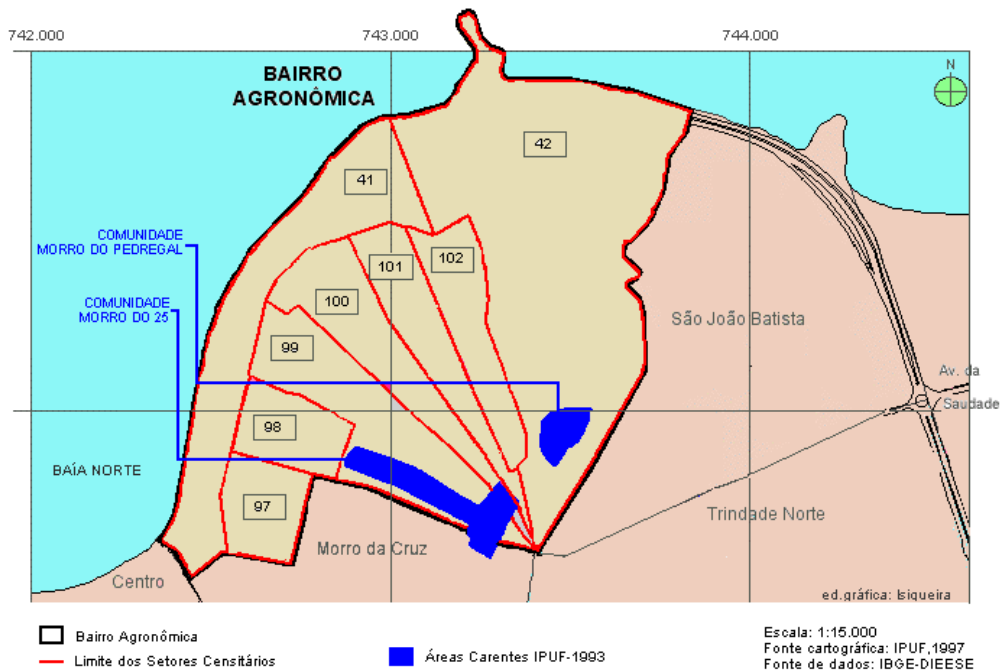
Setores censitários são unidades mínimas definidas no território, percorridas pelo recenseador no momento da pesquisa censitária (IBGE, 1991). A área de abrangência desses setores censitários são definidos pelo número de habitações existentes, não podendo exceder de 300 casas.

Para demonstrar o detalhamento, neste trabalho, foi selecionado o Bairro Agrônômica. Neste bairro, foram identificados 5 setores censitários. Para estes setores foi realizado o mesmo processo de classificação adotado para a área central insular (5 Salários Mínimo Nominal).

Considerando os setores onde 50% da população recebem menos de 5 SMN como os setores de população em vulnerabilidade social, percebe-se no exemplo do Bairro Agrônômica que os setores 42, 99, 100 e 101 são setores nessa situação, enquanto que os setores 41, 97, 98 e 102 não fazem parte do grupo cuja maioria da população encontra-se em vulnerabilidade social.

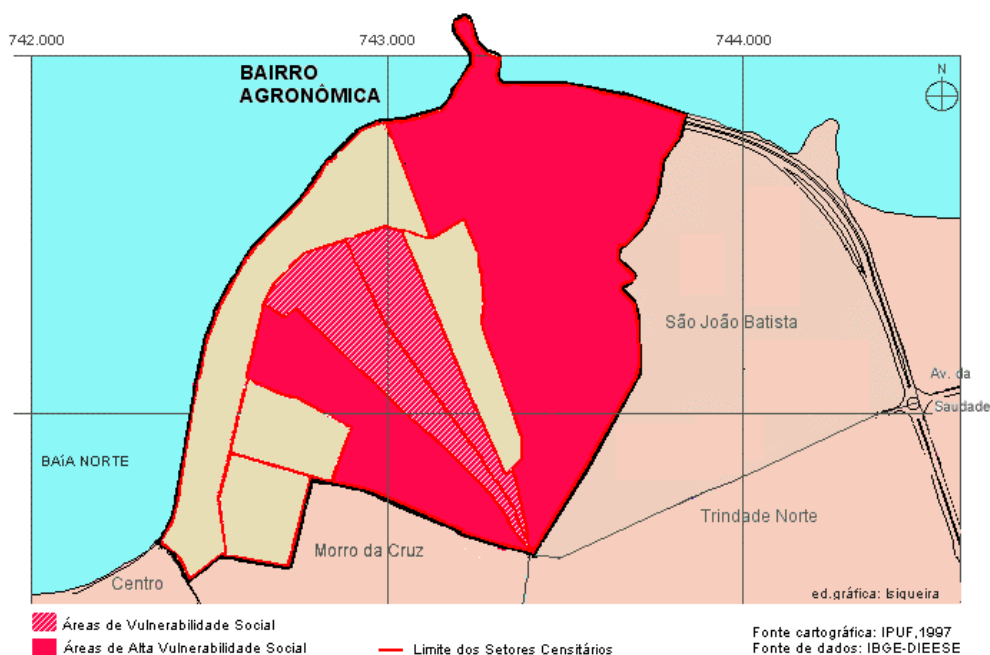
Dentro do grupo de setores censitários que se encontram em vulnerabilidade social, ocorrem dois setores (setor 42 e 99) onde existe uma concentração de população carente. Essas áreas dentro do setor censitário, foram denominadas pelo Instituto de Pesquisas Urbanas de Florianópolis (IPUF) como Áreas Carentes (FIGURA 2).

FIGURA 2 – Localização das Áreas Carentes no Bairro Agrônômica



Com as informações obtidas a partir do mapa de distribuição espacial da população segundo a renda, a localização das áreas carentes identificadas pelo IPUF, chega-se a três grupos populacionais distintos: os que recebem acima de 5 Salário Mínimo Nominal, os que se encontram em estado de Vulnerabilidade Social (até 5 Salário Mínimo Nominal) e os que se encontram em estado de Alta Vulnerabilidade Social, ou seja aqueles que recebem até 5 Salário Mínimo Nominal e apresentam Áreas Carentes (FIGURA 3).

FIGURA 3 – Áreas de Vulnerabilidade Social no Bairro Agrônômica



Os equipamentos públicos de abastecimento alimentar no Bairro Agrônômica

Em Florianópolis existem 3 tipos de equipamentos públicos de abastecimento alimentar: Feira Livre, Feirão e Direto do Campo. No entanto, no Bairro Agrônômica ocorrem apenas dois deles: a Feira Livre e o Direto do Campo.

As Feiras Livres tiveram seu funcionamento autorizado a partir de novembro de 1955 de acordo com a Lei 246. Em 1988 é aprovado novo decreto onde alguns pontos da Lei são alterados. Segundo este decreto, as Feiras Livres passam a ser administradas pela Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos. A esta Secretaria cabe a função de criar novas feiras a partir da solicitação da comunidade. É a comunidade quem se manifesta quanto a necessidade de uma feira-livre após a justificativa da solicitação e apresentando um local público onde a mesma possa ser instalada. Após, esta solicitação é encaminhada aos feirantes e estes vão se disponibilizar para se instalarem nestes locais. Caso haja mais de um feirante disputando o ponto, o mesmo é decidido através de sorteio, mas pode ocorrer de nenhum feirante se sentir atraído para instalar uma banca no local solicitado.

As Feiras Livres são mercados de rua e estruturam-se em bancas individuais dispostas lado a lado. Não dispõem de estrutura fixa necessitando ser montadas e desmontadas diariamente. Os preços praticados nas bancas são definidos pelo mercado.

O Direto do Campo é um equipamento público que surgiu da evolução de um projeto chamado Inter Bairros. Este programa dispunha de um sistema de abastecimento que atendia os bairros mais distantes. Os produtos comercializados através deste projeto eram entregues pelos produtores em um depósito onde se efetuava a seleção e posterior distribuição através de ônibus que se deslocavam até o consumidor oferecendo produtos vindos direto do produtor a um preço único. A partir de 1991, o projeto Inter-Bairros foi desativado e se estabeleceu o Cestão do Povo, hoje denominado Direto do Campo.

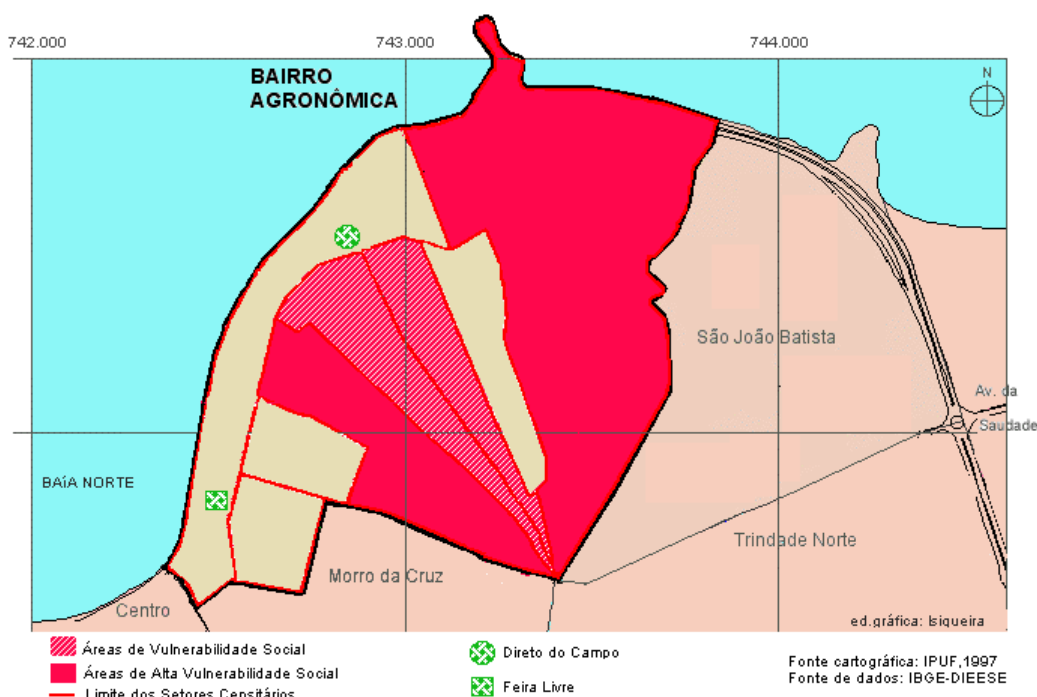
O programa Direto do Campo conta com uma infra-estrutura fixa, com capacidade de armazenamento e movimento de grandes quantidades de produtos hortifrutigrangeiros. Atende a um número muito grande de consumidores, desde aqueles que compram para seu consumo direto até aqueles que compram para transformar em dinheiro, ou seja, pequenos comerciantes, proprietários de pousadas, restaurantes e hotéis.

A principal característica do Direto do Campo que interessa neste trabalho é o sistema de preço único, que em junho de 2000 era de R\$ 0,49.

Áreas de Vulnerabilidade Social e localização dos equipamentos públicos de abastecimento alimentar

Para verificar a quem os dois tipos de equipamentos públicos de abastecimento alimentar que ocorrem no Bairro Agronômica atendem, efetuou-se a localização dos mesmos sobre o mapa de vulnerabilidade social. Assim, esta representação pode ser observada através da FIGURA 4.

FIGURA 4 – Localização dos equipamentos públicos e áreas de vulnerabilidade social no Bairro Agronômica



Os equipamentos públicos de abastecimento alimentar e a população

A primeira observação que se pode efetuar diz respeito aos contrastes quanto a distribuição de renda em todos os bairros. Este fator nos revela uma importante característica dos bairros: a sua *heterogeneidade social e econômica*. Ou seja, em um mesmo bairro convivem pessoas com características sócio-econômicas bastante distintas. Isto é uma constatação que representa uma situação geral em países onde ocorre o modo de produção capitalista.

Sobre os equipamentos públicos de abastecimento urbano, foram identificados programas que atendem às duas classes definidas neste trabalho: o Direto do Campo, com preço único e controlado pelo poder público e a Feira Livre com preços definidos pelo mercado.

No entanto, no Bairro Agronômica, a localização do equipamento Direto do Campo não encontra-se situado de forma satisfatória. A população de menor poder aquisitivo do bairro encontra-se distante da unidade do Direto do Campo instalado no bairro. Deve-se lembrar que o comportamento espacial do consumidor está diretamente relacionado com o nível de renda que dispõe. Ou seja, o consumidor com rendas maiores tem mais condições de se deslocar até onde são vendidos os produtos ou outros bens que lhe interessam. Por outro lado, as pessoas com baixa remuneração tem que se satisfazer com o que é oferecido nas proximidades, pois possui limitada mobilidade espacial. Portanto, o consumidor preferencial dos programas de "preço único" só poderão adquirir seus produtos se os pontos de venda estiverem nas proximidades dos locais de residência, próximo dos locais de trabalho ou pontos de ônibus.

Neste caso, provavelmente, a população que se localiza nos setores em vulnerabilidade social, adquire seus produtos em supermercados, equipamentos próximos ao local de trabalho ou, então, nos pequenos mercados existentes nas proximidades de suas residências. Seja qual for a alternativa que tomem, é

desvantajosa. Os supermercados apresentam poucos produtos a preços baixos. Atraído pela propaganda, o consumidor acaba levando outros produtos além daqueles em promoção, elevando seus gastos com alimentação. Se deslocando à grandes distâncias, o consumidor necessita de transporte, cujo gasto, se transferido hoje para a aquisição de alimentos numa unidade de preço único, corresponderia a 3,46 kg de comida. Se o consumidor optar por adquirir seus produtos nos mercados próximos às suas residências, tem a vantagem de se valer de crédito, não tendo a necessidade de dispor do dinheiro no momento da aquisição. Esta forma de comportamento estabelece relações sociais próprias, distintas da simples relação mercado consumidor. Mesmo assim, os produtos vendidos nessas unidades de comércio continuam com preços definidos pelo mercado.

Com o resultado da definição das áreas de vulnerabilidade social, o poder público dispõe de informações para desenvolver pesquisas mais detalhadas nesses locais e, a partir disso, investir em programas sociais específicos. Neste momento, o poder público deve se dirigir a essas comunidades e buscar diálogo com os representantes das Associações de Moradores, Associações de Favelas ou qualquer outra forma de organização existente na comunidade que possa discutir e reivindicar as necessidades da população. Quando não existir, o poder público deve incentivar a iniciativa de criação de organizações de moradores pois é através deles que deve ocorrer o diálogo entre Estado e população.

Através deste trabalho foi possível demonstrar que o setor de abastecimento público alimentar de Florianópolis deve ser revitalizado. Programas específicos, políticas públicas que desenvolvam medidas a garantir a segurança alimentar da população, devem ser pensados com certa urgência. Hoje o sistema de abastecimento alimentar já não se encontra em posição satisfatória. Se a tendência do crescimento da população realmente se efetivar, os problemas sociais só terão motivos para agravamento.

Com a facilidade de instalação de equipamentos, além de garantir um acesso a alimentos mais baratos e de qualidade, o poder público pode aproveitar e estabelecer programas que integre os pequenos produtores do interior da ilha de Santa Catarina e de outros municípios próximos.

Melhorar os aspectos logísticos dos feirantes tais como a instalação de pontos que possam servir de depósito e materiais necessários para a montagem das bancas (lonas, ferros, etc). Construção de bancas fixas nos locais onde existem espaços para isso, com banheiros e outros itens de infra-estrutura básica. Incentivar os proprietários de Feirões e Direto do Campo a oferecer seus produtos de forma ambulante nos locais carentes de equipamentos.

Enfim, a importância de se estabelecer um melhoramento nas condições alimentares da população dizem respeito além de suas próprias mesas, mas a sua saúde. Melhorar os programas de abastecimento alimentar urbano não significa gasto, mas investimento em saúde pública.

*“Nós trocamos moedas por verduras frescas,
E para o esquecimento de nossas vidas compramos
Frutas e suas memórias, memória de campo e jardim,
Memória de cheiro da terra e do zumbir de abelhas/ em dia de calor.”
(Yehuda Amichai)*

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. O que é Fome. Editora Brasiliense, São Paulo-SP.. 1986.
- ALONSO, José Antonio Fialho. A Inserção de Porto Alegre na Nova Ordem Internacional e o Enfrentamento do Problema Social Local. In: Porto da Cidadanina. Pg.51-82. Ed. Artes e Ofícios, Porto Alegre-RS, 1997.
- CAVICCHIOLI, Maria Angelica Bizari. As hortaliças na grande Florianópolis – da produção ao consumo – a ação dos agentes intermediários. Dissertação. CFH-UFSC. Florianópolis-SC. 1997.
- CHONCHOL, Jacques. O Desafio Alimentar: a fome no mundo. Ed. Marco Zero. São Paulo-SP. 1989.
- Constituição da República do Brasil, Capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7, inciso IV – Regulamento a que se refere o decreto-lei n.399, de 30 de abril de 1938 – do conceito de salário mínimo.
- CURTIS, Sarah. “Statistiques microlocales dans le recensement de la population britannique: acc`es aux donnés pour la communauté scientifique. In: L’Espace Géographique. Número 1. 2000.
- DIAS, C. e CAMARA, G. Arquitetura de Sistema de Informações Geográficas. <http://www.dpi.inpe.br/geopro>. Capturado em julho 2000.
- DIEESE. Diferenças Regionais Determinam Custo da Cesta Básica. In:Boletim DIEESE. <http://www.dieese.org.br/bol/esp/es2abr97.htm>. Capturado em 28/05/1998.
- FISCHLER, Claude. A “McDonaldização” dos costumes. In: História da Alimentação. pg:841-862. Estação Liberdade. São Paulo-SP.1998
- GALEANO, Eduardo. O Livro dos Abraços. Porto Alegre, L&PM, 1995.
- GALEAZZI, Maria Antonia (org). Segurança Alimentar e Cidadania. A contribuição das universidades paulistas. Ed. Mercado de Letras. Campinas-SP.1996.

- HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade. Editora Hucitec. São Paulo-SP. 1980.
- HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: ESPAÇO & DEBATES – Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Número 06. São Paulo-SP. 1982.
- IBGE. Contagem da População. 1996.
- LAVINAS, Lena & MALUF, Renato. Abastecimento, Segurança Alimentar e Ação Municipal. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro. V.39, n.203, p.63-70. Abr/jun 1992. Capturado em 05/07/1997. http://WWW_Teielbam. Rio de Janeiro:IBAM
- MAGALHÃES, Rosana. FOME. Uma (Re)Leitura de Josué de Castro. Rio de Janeiro-RJ. Editora FIOCRUZ. 1997.
- MALUF, Renato Sérgio. Economia de rede, o papel da distribuição e a problemática da segurança alimentar. In: Reestruturação do Sistema Agroalimentar: questões metodológicas e de pesquisa. Pg. 61-69. Org. Renato S. Maluf e John Wilkinson. REDCAPA. Rio de Janeiro-RJ. 1999.
- MONTANARI, Massimo (org). Sistemas alimentares e modelos de civilização. In: História da Alimentação. pg.108-120. Estação Liberdade. São Paulo-SP.1998.
- MONTEIRO, A.M.; camargo, E.; RAMOS, F.R. e CAMARA, G. “O olhar participante:contribuição do INPE no mapa de Exclusão/Inclusão Social de São Paulo” . <http://www.dpi.inpe.br/geopro>. Capturado em setembro 2000.
- MOREIRA, Ruy. O Círculo e a Espiral. A crise paradigmática do mundo moderno. Ed. Obra Aberta. Rio de Janeiro-RJ. 1993.
- MUMFORD, Lewis. A cidade na história. Martins Fontes. São Paulo-SP. 1998.
- PAZERA Jr., Eduardo. O papel das cidades na comercialização da produção agropecuária. In:Revista Paraibana de Geografia. Ano 1, Número 01. João Pessoa-PB. 1995.
- ROCHA, Sonia. Renda e Pobreza nas Metrôpoles Brasileiras. In: Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Pg.121-145. Org. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Orlando A. dos Santos Júnior. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro-RJ. 1994.
- SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. Editora Contexto. São Paulo-SP. 1998.
- SIQUEIRA, Lucimar F. Circulação de produtos hortifrutigrangeiros comercializados na feira livre do Cassino-Rio Grande/RS. TCC. Fundação Universidade de Rio Grande. 1984.
- SOLANO, Francisco de & UCLES, Mario Lungo. Urbanização e Metropolização na América Latina – 1. Série Estudos Urbanos. Coleção Documentos IEA. São Paulo-SP. Junho, 1991.
- WILHELM, Laurence. L 'approvisionnement et la distribution alimentaires des villes de l'Afrique francophone. In: Collection . ALIMENTS DANS LES VILLES. 1997. FAO. <http://fao.org/waicent/faoinfo/agricult/ags/agsm/sada/> Arquivo capturado em: 11/08/1998.
- WILKINSON, John. O Futuro do Sistema Alimentar. HUCITEC. São Pulo-SP. 1989.
- WILKINSON, John. Ajustamento a um sistema de alimentos orientado para a demanda: novos rumos para a inovação biotecnológica. In: Ensaio FEE, Porto Alegre-RS. (14) 1:332-348. 1993.
- ZEFERINO, Augusto Cesar. Abastecimento Urbano: considerações acerca dos componentes e estrutura. In: GEOSUL, número 7, Ano IV. Florianópolis-SC. 1989.